

## A NOVA CONSTITUIÇÃO

## UDR pretende derrubar relatório

EUGENIO NOVAES



Ronaldo Caiado: rejeição à reforma ampla

## Cavalcanti busca diálogo com políticos

O ministro Joaquim Francisco Cavalcanti, do Interior, em visita ontem ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e às principais lideranças do Congresso Nacional, afirmou que foi comunicar sua disposição de fazer um trabalho participativo, ouvindo sempre os políticos que poderão apresentar boas sugestões.

O ministro disse ao deputado Ulysses Guimarães de sua disposição de trabalhar, de manter sempre um diálogo aberto e franco sobre as questões de sua pasta. Lembrou que como parlamentar irá procurar sempre um diálogo com os políticos.

Para o ministro, o episódio de descontentamento com a nomeação já está ultrapassado.

## Menor leva propostas à Constituinte

Representantes da Comissão Nacional Criança e Constituinte entregaram ontem, às 15h, no auditório Petrólio Portella, no Senado Federal, ao presidente da Constituinte deputado Ulysses Guimarães, um abaixo-assinado com cerca de 600 mil assinaturas pedindo a atenção dos constituintes às questões levantadas pela comissão.

A comissão, que é interministerial e foi criada por decreto presidencial, entregou a Ulysses Guimarães, no último dia 23 de abril, um documento elaborado por representantes de todos os estados brasileiros contendo as principais reivindicações para o tratamento das questões que envolvem os menores no novo texto constitucional.

## Emenda veda restrição à imprensa

Será proibida a apresentação de qualquer emenda à Constituição que restrinja a liberdade de imprensa — de acordo com a emenda apresentada ontem pelo senador Pompeu de Souza (PMDB-DF) à Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, presidida pelo senador Marcondes Gadelha (PFL-PB).

A emenda, ao anteprojeto elaborado pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), inspirou-se na Emenda nº 1 da Constituição dos Estados Unidos.

O senador Pompeu de Souza apresentou também emenda que assegure o direito de publicação de veículo impresso de comunicação, independente de qualquer licença de autoridade. E outra que atribua aos órgãos do Estado a obrigação de informar e atender aos pedidos de informação dos veículos de comunicação social em todos os assuntos de interesse público.

## Industriais gaúchos também querem influir

Porto Alegre — Liderados pelo presidente do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, (Ciergs), Luiz Carlos Mandelli, mais de 50 industriais gaúchos estarão em Brasília, na próxima terça-feira, para um encontro com os representantes do Estado na Assembleia Nacional Constituinte. O encontro será realizado na Estância Gaúcha do Planalto, a partir das 20h30.

Segundo Mandelli, "a reunião se justifica na medida em que o setor industrial do Rio Grande do Sul, como elemento integrante da sociedade brasileira, tem o direito legítimo de procurar exercer sua influência na elaboração da nova Constituição brasileira.

Além da maioria dos integrantes das diretorias do Ciergs, a comissão de industriais gaúchos terá a participação de empresários representantes dos sindicatos filiados ao centro das indústrias.

## Brossard promete punir agressores

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, prometeu ontem ao presidente da Constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que as agressões a constituintes serão apuradas e os responsáveis punidos. A informação foi transmitida ao plenário pelo deputado Ulysses Guimarães, que anunciou ainda que os governadores estaduais e a Polícia Federal serão alertados pelo ministro para que não se repitam os constrangimentos a parlamentares, que representam uma ameaça à soberania da Constituinte.

Essas providências foram reclamadas ao ministro Paulo Brossard pelo deputado Ulysses Guimarães, que lhe entregou o relato escrito do deputado Paulo Delgado (PT-MG), sobre as agressões que teria sofrido na semana passada, ao ser preso e encaminhado ao DOPS durante uma manifestação de funcionários públicos em Belo Horizonte. As ocorrências envolvendo constituintes, frisou Ulysses, são "um desrespeito flagrante e inaceitável" à soberania da Constituinte.

Na sessão de ontem, nove constituintes prestaram solidariedade ao deputado Chico Humberto (PDT-MG), outro parlamentar agredido em Belo Horizonte. "Ainda trago na testa a marca do ferimento", disse ele, mostrando o resultado da violência policial que o atingiu anteontem, quando acompanhava uma passeata de professores grevistas que tentavam chegar à Praça Sete, no centro daquela capital. "Se preocu-

## MANIFESTO ERRADO

Toda a publicidade em torno do lançamento de um manifesto do Grupo Centro-Democrático, que seria feito na sessão de ontem da Constituinte, foi aproveitada pelo senador Aluizio Bezerra (PMDB-AC). Como o deputado Expedito Machado (PMDB-CE) não cumprisse o prometido, apresentando as reclamações de 300 peemedebistas contra a concentração de poderes do presidente do partido, Aluizio Bezerra confundiu muita gente com o Manifesto ao Povo Brasileiro.

O senador do PMDB propõe a criação de um Movimento Nacionalista de Unidade Nacional, "contra a miséria, a exploração estrangeira praticada contra o nosso País". Entre as propostas, ele defende que o PMDB deve sair do imobilismo, "pois de nada adianta o partido estar no Governo se não pode aplicar o seu programa de progresso social e econômico em favor do nosso povo".

O primeiro confronto direto na constituinte dos representantes da União Democrática Ruralista (UDR) com os parlamentares progressistas que desejam uma ampla reforma agrária vai acontecer no próximo dia 25, data prevista para a votação dos pareceres nas subcomissões, quando um grupo encabeçado pelo deputado-fazendeiro Roberto Cardoso Alves (PMDB/SP) pretende apresentar uma proposta de emenda substitutiva global e derrubar totalmente o relatório do deputado Osvaldo Lima Filho (PMDB/PE), já em fase de discussão.

Pela distribuição dos representantes da UDR e parlamentares progressistas entre os membros da Subcomissão da Reforma Agrária, o deputado Benedito Monteiro (PMDB/PA) considera que a disputa será acirrada quando as duas propostas estiverem em votação, e a UDR pode até sair vitoriosa. Dos 24 membros da subcomissão 11 são representantes reconhecidos da UDR, e 11 são progressistas que lutam pela introdução de um capítulo na futura Constituição que garanta uma profunda reforma agrária no País. Tu-

do vai depender da posição que será adotada por dois deputados: Jonas Pinheiro (PFL/MT) e Santinho Furtado (PMDB/PR).

Segundo revelam alguns membros da subcomissão, estes dois parlamentares têm adotado até agora posições oscilantes sobre os temas debatidos. Em alguns momentos apresentaram propostas avançadas e em outras se mostraram favoráveis às teses defendidas pelos representantes da UDR. Portanto, quando estiverem sendo apreciadas as duas propostas — o relatório e o substitutivo — os dois votos destes deputados é que irão decidir o desempate entre as duas correntes.

Os parlamentares progressistas que fazem oposição cerrada aos constituintes fazendeiros na subcomissão, receberam com surpresa o anúncio feito por Roberto Cardoso Alves de que estão dispostos a rejeitar integralmente o relatório originado das discussões e milhares de propostas de emendas constitucionais apresentadas na Constituinte.

O parecer apresentado pelo relator Osvaldo Lima Filho não passa de sua opinião pessoal e de seu grupo

por isso vamos substituí-lo todo e mais alguma coisa, diz Roberto Cardoso Alves.

Ele revelou que vários parlamentares estão lhe auxiliando na elaboração da emenda substitutiva, entre eles Alysso Paulinelli (PFL/MG), Saldanha Derzi (PMDB/MS), Rosa Prata (PMDB/MG), Jorge Viana (PMDB/BA), e José Mendonça de Moraes (PMDB/MG). Todos são poderosos e grandes proprietários de terras, principalmente na região do Triângulo Mineiro.

O deputado Benedito Monteiro, do grupo progressista, mostrou-se desanimado com a disposição dos representantes da UDR e disse que nenhuma previsão pode ser feita agora.

O argumento de Roberto Cardoso Alves para discordar do relatório de Osvaldo Lima Filho é que o Estado passarà a dispor como quiser das propriedades rurais. "A filosofia do relatório é instituir o Estado como proprietário único, desstituir os proprietários rurais de suas terras e instituí-los como meros cessionários de suas propriedades. Isso só pode ser adotado em países da Ásia e Europa, não no Brasil", afirmou.

## Povo terá prioridade sobre os políticos

A criação de Tribunais de Garantias Constitucionais, do voto de constituinte, para cassar o mandato de deputados e senadores que percam a confiança popular, e da iniciativa popular para propor leis são três inovações que o anteprojeto da Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias, elaborado pelo deputado Lysáneas Maciel (PDT/RJ), propõe. O anteprojeto foi lido ontem durante longa reunião na sede da subcomissão, com a participação de um grande número de constituintes.

O deputado Lysáneas Maciel apresentou seu trabalho com dois dias de atraso, mas considera que foi melhor assim: "Não tinha como apresentar antes, diante do grande número de propostas que precisava analisar", disse. Nos últimos dias o relator pas-

sou horas seguidas no Prodasen, ultimando o anteprojeto, que em princípio não recebeu muitas críticas dos constituintes da subcomissão.

Lysáneas Maciel considera o anteprojeto "revolucionário", pois através dele "o povo deixará de ser constituído por cidadãos de segunda categoria, que só servem para votar, e passará a ter cidadãos participantes". Esta, aliás, é a tônica de todo o anteprojeto. "Em síntese, eu proponho uma inversão total de valores: a prioridade é do povo, e não mais dos políticos", explicou, Lysáneas acredita que embora a sua subcomissão e a própria Constituinte sejam compostas por uma esmagadora maioria conservadora, muitas das idéias defendidas no anteprojeto serão acatadas e incluídas na nova Constituição.

Finalmente, em termos de inovações, o deputado quer que haja consulta popular, através de plebiscitos e referendos, antes de qualquer grande decisão ser tomada, e que os crimes de tortura não sejam suscetíveis de anistia, prescrição e fiança.

## Papel de militares ainda gera polêmica

A proposta do relator da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), sobre o papel das Forças Armadas, foi contestada ontem em duas emendas apresentadas à subcomissão: uma do presidente do órgão, deputado José Tavares (PMDB-PR), e outra do deputado Roberto Brant (PMDB-MG). Eles querem explicitar que as Forças Armadas cabe assegurar a independência e a soberania do País, a integridade territorial, os poderes cons-

titucionais e, por iniciativa expressa destes, a ordem constitucional (como sugere Tavares) ou a lei e a ordem (como pretende Brant). Desta forma, a intervenção das Forças Armadas em âmbito interno exigiria uma convocação dos poderes constitucionais.

Outra sugestão que chegou à subcomissão foi a do senador Jutahy Magalhães (PMDB-BA), que visa a estabelecer que todo o brasileiro, do sexo masculino ou feminino, entre 16 e 18 anos, estará obrigado a

prestar serviço à nação, entre alistamento militar, defesa da vida ou serviço comunitário.

Tavares encaminhou uma segunda proposta dispondo que as Polícias Militares são forças auxiliares do Exército, mas não reserva da Arma, e que são responsáveis pela ordem pública também nas rodovias e ferrovias federais. O presidente da subcomissão emendou também o relatório na parte relativa à Polícia Federal, mantendo a sua atribuição de prevenir e reprimir o tráfico de entorpecentes e drogas.

## Ajuda atrasada traz problemas de organização

A prorrogação do prazo de entrega das sugestões, que de 24 de abril passou para 6 de maio, com flexibilidade até 8, 9 ou 10 deste mês; a ajuda atrasada que as diretorias da Câmara e do Senado resolveram dar aos constituintes e a deficiência da infra-estrutura colocada à disposição das Subcomissões foram os maiores obstáculos enfrentados pelos relatores na etapa final de elaboração de seus anteprojetos. Muitos deles, tendo que trabalhar até de madrugada, não dispunham nem mesmo de um lanche para "distrair" a fome, mas o mais difícil foi instruir os assessores distribuídos pelo Congresso Nacional entre quinta e sexta-feiras.

Desde o começo de abril, com diferença de alguns dias, as 24 subcomissões passaram a desenvolver um trabalho intensivo de recebimento, leitura, análise, interpretação e aproveitamento das 9851 sugestões que chegaram até a Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Poucos relatores não entregaram seus anteprojetos em 11 de maio, conforme estabelecido pelo Regimento. Mas tanto estes quanto os que apresentaram pareceres em tempo hábil esbarraram em problemas semelhantes, oriundos justamente da "vontade" de ajudar manifestada pelas diretorias da Câmara e do Senado.

A ajuda chegou tarde demais e os relatores contaram com uma infra-estrutura deficiente. Este foi o diagnóstico de muitos relatores ou de sua secretaria administrativa. O deputado José Jorge (PFL-PE), relator da Subcomissão do Poder Legislativo, achou melhor dispensar o corpo de assessores enviado até ele entre quinta e sexta-feira. Ele justifica esta atitude lembrando que por um mês esteve envolvido pelo trabalho de recebimento e análise das 650 sugestões que recebeu, participando ainda de debates com os outros constituintes e convidados de sua Subcomissão. "Como que, na hora de elaborar o relatório, iria receber estes assessores, sem ter que gastar um tempo para explicar todo o processo de trabalho a eles?", questiona.

José Jorge enviou uma carta ao presidente da

Comissão de Organização de Poderes e Sistema de Governo, deputado Oscar Correa (PFL-MG), explicando sua atitude. Ele reclama ainda do curto prazo para exame das sugestões, ressaltando que muitas delas necessitariam de um reexame, o que não foi possível ser feito. O constituinte destacou, no entanto, a eficiência do trabalho do Prodasen, "que desde o começo colocou um assessor à disposição de cada Comissão, além de reservar salas aos relatores neste último final de semana".

A situação não foi muito diferente, por exemplo, na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Lá, uma única coqueira serviu às três subcomissões temáticas nas horas em que o trabalho ficou mais intenso. Como não havia nem mesmo um sanduíche para servir aos relatores à noite, o jeito era algum funcionário se deslocar até uma quadra comercial para comprar um lanche, como aconteceu na Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias. O relator desta Subcomissão, deputado Lysáneas Maciel (PDT-RJ), enfrentou ainda o problema do acúmulo de sugestões que chegaram de última hora. Só no sábado ele recebeu cerca de 200 propostas, que juntaram-se às 367 que já possuía enviadas por constituintes, e 470 de entidades civis.

O deputado Darcy Pozza (PDS-RS), relator da Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais, entregou seu relatório no dia 11, mas enfrentou o mesmo problema. Recebeu 1121 sugestões, sendo que destas, 409 chegaram sábado. O deputado João Calmon (PMDB-ES), relator da Subcomissão de Educação, Cultura e Esporte, recebeu mais de 330 propostas domingo e cerca de 300 segunda-feira à tarde. Na terça-feira ainda concedeu audiência ao ministro da Cultura, Celso Furtado, e quarta ao ministro da Educação Jorge Bornhausen. Ele reclamou do mau aparelhamento das instalações e das assessorias do Congresso Nacional e avisou, quando entregou seu anteprojeto dia 11, que entregaria mais tarde um complemento do seu parecer.

## Abadia defende os direitos do cidadão

A deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF) apresentou 40 sugestões à Assembleia Nacional Constituinte com o objetivo de assegurar a igualdade de direitos e garantir melhores condições de vida a todos os brasileiros". Segundo ela, suas propostas são "resultado de minha experiência vivida ao longo de 17 anos em favelas".

Entre as sugestões encaminhadas pela deputada estão as que garantem ao cidadão o direito de exigir da União a prestação de contas da arrecadação e aplicação dos impostos cobrados; participar nos órgãos de direção da Previdência Social como repre-

sentantes dos empregados e empregadores; ser reparado e punido, a qualquer tempo, dano de qualquer monta ou tipo em relação ao bem comum, à economia popular e às finanças públicas por ação popular ou do ministério público.

A deputada brasileira propôs ainda medidas para garantir a valorização e integração do idoso na sociedade; para valorizar com prerrogativas especiais o inventor nacional; e assegurar o direito à saúde, educação e seguridade a todos os brasileiros. Maria de Lourdes sugeriu ainda que "Cumpra-se" conste como último artigo da Constituição.

## Magistrados rejeitam relatório de Sampaio

O relatório do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) sobre o Poder Judiciário foi criticado ontem pelo presidente da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas, Antônio Carlos Chedid, em dois aspectos: a extinção do Supremo Tribunal Federal e a manutenção, de forma camuflada, dos vogais e juizes classistas, que ele considera "os marajás" da Justiça do Trabalho.

Chedid observou que, sob a denominação de conselheiros classistas, Plínio de Arruda Sampaio mantém a interferência das partes nos julgamentos trabalhis-

tas, contrariando a posição dos magistrados togados, que defendem juizes com total isenção.

A extinção dos vogais e juizes classistas, segundo o presidente da Associação de Magistrados, ensejaria a ampliação da Justiça do Trabalho e o fim de uma casta de privilegiados. Segundo ele, graças à chamada Lei Ari Campista, de 1981, 60% dos juizes classistas já foram aposentados com altos salários após cinco anos de exercício do cargo para o qual são indicados pelas cúpulas dirigentes sindicais, sem qualquer tipo de concurso ou preparação prévia.